

IDEOLOGIA NÃO MOBILIZA? DETERMINANTES DA MOTIVAÇÃO PARA VOTAR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

Murilo Calafati Pradella¹

Victor Alberto Bueno Coelho²

Julia do Carmo Carbone³

Cristiane Ribeiro Pires⁴

Resumo: Historicamente, as eleições municipais brasileiras registram elevados níveis de abstenção, com destaque para as últimas eleições municipais, em 2024, o que sugere uma possível crise de representatividade em âmbito local. Este artigo investiga os fatores que explicam a disposição autônoma do eleitor para votar – isto é, sua motivação para participar das eleições independentemente da obrigatoriedade legal. A hipótese central é que, embora a ideologia seja relevante em disputas nacionais, ela possui capacidade limitada de mobilização nas eleições municipais. Com base em dados do IPEC (2024), foi construída uma variável dependente que combina duas perguntas: a vontade subjetiva de votar e a intenção declarada de comparecer às urnas caso o voto não fosse obrigatório. Utilizou-se um modelo de regressão logística com variáveis independentes que incluem orientação ideológica, percepção da importância das eleições locais, escolaridade, renda, idade, sexo, religião e condição municipal (capital/interior). Os resultados mostram que apenas 30,9% dos entrevistados possuem alta disposição autônoma para votar, e que a percepção de importância das eleições é o principal fator associado à mobilização voluntária. A orientação ideológica, por sua vez, apresentou efeitos limitados e estatisticamente frágeis, com destaque negativo para aqueles que não sabem ou recusam se posicionar. O estudo conclui que a participação eleitoral voluntária está mais relacionada ao sentido político atribuído ao pleito do que a fatores estruturais ou identitários. A competitividade eleitoral emerge, assim, como uma variável crítica para compreender o engajamento cidadão nas urnas.

Palavras-chave: Abstenção Eleitoral; Ideologia; Eleições Municipais; Participação Política.

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: murilopraddella@estudante.ufscar.br

² Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: victor.coelho@estudante.ufscar.br

³ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: julia.carbone@gmail.com

⁴ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: cristianerp@estudante.ufscar.br

IDEOLOGIA NÃO MOBILIZA? DETERMINANTES DA MOTIVAÇÃO PARA VOTAR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

Abstract: The 2024 Brazilian municipal elections recorded historically high abstention rates, suggesting a potential crisis of political representation at the local level. This article investigates the factors that explain voters' autonomous willingness to vote — that is, their motivation to participate in elections regardless of the legal obligation. The central hypothesis is that, while ideology plays a relevant role in national elections, it has limited mobilizing power in local contexts. Based on survey data collected by IPEC (2024), we constructed a dependent variable combining two items: respondents' subjective willingness to vote and their stated intention to do so if voting were not mandatory. A logistic regression model was estimated with independent variables including ideological self-placement, perceived importance of local elections, education, income, age, gender, religion, and municipal context (capital vs. interior). The results show that only 30.9% of respondents display a high autonomous willingness to vote, and that the perceived importance of local elections is the strongest predictor of voluntary participation. Ideological orientation, in contrast, shows limited and statistically weak effects, with lower engagement among those who cannot or do not wish to state a position. The study concludes that voluntary electoral participation is more closely associated with the political meaning attributed to the election than with structural or identity-based factors. Electoral competitiveness thus emerges as a key variable for understanding citizen engagement in local voting.

Keywords: Electoral Abstention; Ideology; Local Elections; Political Participation.

1 INTRODUÇÃO

As eleições municipais de 2024 no Brasil registraram índices inéditos de abstenção – 21,68% no primeiro turno e 29,26% no segundo –, o que sugere uma possível crise de representatividade. Em um cenário de volatilidade política, cabe investigar até que ponto a orientação ideológica dos eleitores afeta seu comparecimento às urnas. A hipótese central deste estudo é que embora exista algum alinhamento ideológico no país, na política local a ideologia não atua claramente como fator mobilizador. Em vez disso, outras variáveis, como desconfiança nas instituições, baixo nível de informação, importância da eleição ou fatores socioeconômicos, podem explicar melhor a alta abstenção municipal (Speck e Peixoto, 2022). Este artigo propõe uma abordagem quantitativa, usando modelos de regressão e valores preditos, para avaliar os efeitos relativos da ideologia e de diversos fatores sociais e políticos no comparecimento eleitoral.

Segundo dados oficiais do TSE, praticamente um em cada cinco eleitores faltou às urnas no primeiro turno (21,68%) e quase um em cada três no segundo turno (29,26%). Esses percentuais constituem a segunda maior abstenção da história recente (perdendo apenas para o excepcional pleito de 2020, em plena pandemia). Esses números ressaltam a relevância de se compreender quais os determinantes da não participação. Em especial, cabe investigar por que – mesmo em municípios onde candidatos de diferentes posições no espectro ideológico concorrem – muitos eleitores escolhem não votar, desafiando a ideia de que a polarização ideológica captaria o eleitorado. A hipótese central é que, diferentemente do que ocorre em pleitos nacionais, a ideologia partidária não constitui fator mobilizador suficiente no plano local. Outros elementos, como a desconfiança institucional, o baixo interesse pela política, fatores socioeconômicos e, principalmente, a competitividade eleitoral, podem desempenhar papéis mais relevantes na decisão de participação eleitoral.

Nesse sentido, para testar empiricamente essa hipótese, foi construída uma variável dependente – “disposição autônoma para votar” – combinando duas questões do questionário: (i) a vontade declarada de votar nas eleições municipais de 2024 e (ii) a intenção de votar caso o voto fosse facultativo. O objetivo é captar o núcleo

motivacional descolado da coerção institucional, simulando um comportamento político mais espontâneo. A análise empírica se baseia em dados do IPEC, com amostra de aproximadamente 2.000 respondentes.

Os resultados indicam que a orientação ideológica tem efeito estatisticamente limitado sobre a disposição para votar nas eleições municipais. Em contrapartida, considerar a eleição municipal importante apresentou maior poder explicativo. Assim, este estudo contribui para o debate sobre o comportamento eleitoral no Brasil, ao mostrar que, no contexto municipal, a participação está menos associada a alinhamentos programáticos ideológicos e mais a motivações contextuais e sociopolíticas.

2 Voto municipal no Brasil: estrutura frágil, motivação volátil

Estudos sobre participação eleitoral no Brasil sugerem que fatores atitudinais e socioeconômicos têm papel crucial na mobilização eleitoral (Aguiar; Casalecchi, 2021). Baquero e Prá (2007) e Borba (2008) argumentaram que a apatia decorre da desconfiança nas instituições políticas, gerando uma cultura política personalista e anômica. Em outras palavras, eleitores desiludidos com partidos e governos tendem a se afastar do processo eleitoral. De forma consistente, Riella *et al.* (2021) mostraram que, em eleições brasileiras, o interesse pela política e o apoio à democracia são variáveis atitudinais fortemente relacionadas à propensão de votar (Nicolau, 2022).

Além disso, condições socioeconômicas e características territoriais explicam parcela importante da abstenção. Costa (2007) encontrou que menores índices de desenvolvimento humano (IDH) e educação (IES) estão associados a maiores taxas de votos brancos e nulos, enquanto a abstenção tende a crescer em municípios de grande extensão territorial e baixa densidade eleitoral. Outros estudos destacam que homens, eleitores de menor escolaridade e mais velhos costumam votar menos que mulheres, escolarizados e jovens (Nicolau, 2022; Cervi e Borba 2022). Além disso, analisando as eleições de 2020, verificou-se que os municípios com uma maior competição eleitoral apresentaram menores índices de abstenção.

A literatura, desse modo, sugere vários fatores determinantes da não participação: desconfiança institucional, alienação política, baixa identificação partidária, baixo nível informacional, características socioeconômicas, extensão

territorial e competição eleitoral (número de candidatos), entre outros. (Borba, 2008; Borba, Ribeiro e Gimenes, 2015; Nicolau, 2022; Aguiar e Casalecchi, 2021; Urizzi Cervi e Borba, 2022).

Em contraste, o papel direto da ideologia partidária na mobilização eleitoral local é menos claro. Pesquisas recentes indicam que, nos municípios brasileiros, o eleitorado tende a se posicionar de maneira conservadora, mas sem rupturas ideológicas significativas (Power e Rodrigues-Silvera, 2019).

A literatura do comportamento eleitoral distingue entre fatores motivacionais estruturantes e fatores contextuais ou situacionais que influenciam a decisão de votar (Campbell *et al.*, 1960; Verba *et al.*, 1995; Dalton, 2002). Em sistemas onde o voto é facultativo, a ideologia e o partidarismo costumam ser determinantes relevantes da participação, eleitores com forte identidade partidária ou convicções ideológicas são mais propensos a votar (Rosenstone e Hansen, 1993). No entanto, essa lógica parece não se aplicar plenamente ao caso brasileiro em geral, e especialmente em eleições locais.

Mesmo com um sistema de voto obrigatório, a abstenção no Brasil é relevante e cresceu nas últimas décadas, principalmente em eleições municipais. A literatura aponta que, no nível local, a decisão de comparecer não é guiada prioritariamente por afinidades ideológicas, mas por outros fatores, como o senso de dever cívico (ligado à obrigatoriedade do voto), redes de sociabilidade, clientelismo e visibilidade do candidato na comunidade (Almeida, 2010; Nicolau, 2012; Rennó e Cabello, 2010). Nessa lógica, o partidarismo, entendido como lealdade ou identidade com um partido político, tende a ser fraco e instável, especialmente fora do contexto das eleições presidenciais (Carreirão, 2006).

A identificação ideológica no Brasil apresenta especificidades que a distinguem de outros contextos e revela fragilidades amplamente discutidas na literatura (Batista, 2020; Russo, 2023; Pimentel Junior e Avelino, 2023; Fuks e Marques, 2023). Desde 2010, observa-se um aumento no número de eleitores que se posicionam na escala ideológica esquerda-direita, acompanhado pela redução das taxas de não resposta ou de desconhecimento quanto à própria localização ideológica (Fuks, Marques, 2023). Tal tendência indica que o eleitor brasileiro tem se identificado mais com posicionamentos ideológicos ao longo do tempo (Fuks e Marques, 2023).

Os dados relativos, por exemplo, às eleições de 2018 evidenciam uma mudança significativa: a proporção de eleitores que se autodeclararam de direita saltou de um patamar histórico de aproximadamente 25% a 28% para 43% do eleitorado (Fuks e Marques, 2023). Apesar desse avanço, parte expressiva dos brasileiros ainda apresenta dificuldades cognitivas e conceituais para compreender e empregar adequadamente os termos “esquerda” e “direita” (Batista, 2020; Russo, 2023; Pimentel Junior e Avelino, 2023). Ainda que o número de não respondentes tenha diminuído, a habilidade de se posicionar coerentemente e de ordenar corretamente atores e propostas políticas ao longo dessa dimensão permanece limitada para grande parte do eleitorado (Batista, 2020; Bello, 2023).

Além disso, no nível local, a identificação partidária é frequentemente diluída pela personalização da política. Muitos candidatos ao executivo municipal e à vereança usam partidos apenas como “siglas de aluguel”, sem compromissos programáticos claros. Como argumentam Borges (2011) e Samuels (2006), o sistema partidário brasileiro apresenta baixa institucionalização no plano municipal: partidos não estruturam de modo sólido o comportamento do eleitor e os eleitores tampouco se veem representados ideologicamente nas disputas locais.

Essa realidade produz um eleitorado que, mesmo possuindo crenças ideológicas gerais, não as ativa no momento da escolha eleitoral municipal. A decisão de comparecer às urnas – e em quem votar – ancora-se menos na ideologia e mais em fatores como reputação pessoal do candidato, capacidade de entregar benefícios locais, ou até mesmo pressões de redes clientelistas (Zucco, 2008; Ames, 2001).

A hipótese que emerge desse cenário é a de que a ideologia e o partidarismo não são suficientes para mobilizar o eleitor nas eleições locais. A ida às urnas se dá, muitas vezes, por inércia normativa – a força da obrigatoriedade – ou por motivações que escapam à lógica programática, como fatores socioeconômicos, vínculos comunitários ou importância das eleições. O eleitor médio municipal vota porque “tem que votar”, ou por vínculo pessoal com o candidato, e não porque se identifica com seu partido ou suas ideias, ou porque julga que participar das eleições seja importante. Isso ajuda a explicar porque a polarização ideológica não reproduz automaticamente, no plano local, os índices de engajamento eleitoral (Singer, 2016).

3 Ideologia como motor desligado: determinantes da disposição para votar nas eleições municipais de 2024

Portanto, nosso objetivo é testar empiricamente a hipótese de que a ideologia partidária não atua como fator suficiente de mobilização eleitoral no nível local. Para isso, buscamos construir uma medida que reflita a disposição autônoma em participar das eleições municipais, ou seja, uma *proxy* de comportamento político descolada da coerção institucional representada pelo voto obrigatório.

O banco de dados utilizado neste estudo é oriundo de uma pesquisa de opinião pública conduzida pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), com abrangência nacional e foco específico nas eleições municipais brasileiras. A coleta foi realizada por meio de entrevistas presenciais entre os dias 1º e 5 de março de 2024, com uma amostra probabilística composta por 2.000 respondentes, estratificada por cotas de sexo, idade, escolaridade, renda e região geográfica. O questionário incluiu variáveis sociodemográficas e indicadores de comportamento político, como interesse por política local, percepção sobre a importância das eleições municipais, intenção de comparecimento às urnas, autodeclaração ideológica e avaliação da gestão do prefeito. Trata-se de um *survey* transversal, que permite a análise estatística de padrões de opinião e comportamento em um ano eleitoral.

A variável dependente deste estudo, denominada “disposição autônoma para votar”, foi construída a partir da combinação de duas questões do questionário: (i) a autorrelatada vontade de votar nas eleições municipais de 2024 (P1) e (ii) a intenção de votar caso o voto não fosse obrigatório (P2). A primeira variável mede a motivação subjetiva, enquanto a segunda introduz um cenário contrafactual, mais próximo de situações de voto facultativo. A partir da combinação dessas informações, criamos uma variável dicotômica em que o valor 1 corresponde aos respondentes que declararam ter vontade de votar e que votariam mesmo sem a obrigatoriedade legal; e o valor 0 agrega aqueles que expressaram pouca ou nenhuma vontade, ou que indicaram que não compareceriam às urnas se o voto fosse facultativo.

Essa operacionalização permite capturar com maior precisão o núcleo da nossa preocupação analítica: a disposição genuína de participação nas eleições municipais, descontando os efeitos mecânicos da obrigatoriedade. Com isso, buscou-se avaliar se

fatores como ideologia, partidatismo ou identificação político-partidária possuem, de fato, poder explicativo sobre esse tipo de comportamento ou se outras variáveis – como a avaliação da importância das eleições locais, fatores sociodemográficos e o contexto territorial – desempenham papel mais relevante na decisão de comparecer ou não às urnas.

A partir da construção da variável dependente, os dados da Tabela 1 revelam um cenário claro: apenas 30,9% dos entrevistados demonstraram disposição autônoma para votar nas eleições municipais, enquanto quase 70% apresentaram baixa disposição, ou seja, indicaram que não compareceriam às urnas se o voto não fosse obrigatório ou relataram pouca ou nenhuma vontade de votar. Essa distribuição já sugere uma distância significativa entre o comportamento eleitoral sob coerção institucional e a motivação genuína para participar do processo político local.

Tabela 1 - Disposição de participação nas eleições locais de 2024

Disposição	Frequência	Percentual (%)	Percentual Acumulado (%)
Baixa disposição	1.345	69,08%	69,08%
Alta disposição	602	30,92%	100,00%
Total	1.947	100,00%	

Fonte: Autoria própria com base nos dados do IPEC.

Isoladamente, os dados das perguntas originais reforçam esse diagnóstico. A Tabela 2 demonstra que cerca de 51% dos respondentes afirmaram que não votariam caso o voto fosse facultativo e 63% declararam ter pouca ou nenhuma vontade de participar das eleições municipais. Esses números indicam um padrão consistente de desmobilização eleitoral em nível local, mesmo antes de qualquer modelagem multivariada – o que justifica o foco deste artigo em investigar quais fatores explicam (ou não) essa disposição.

Tabela 2 - Desmobilização Eleitoral: Voto Facultativo e Vontade de Votar nas Eleições Municipais

Variável	Resposta	Frequência	Percentual (%)
(P.02) Caso o voto não fosse obrigatório, o(a) sr(a) iria ou não iria votar na eleição	Não iria votar	1.002	51,19%
(P.01) Neste ano, teremos eleições municipais e gostaria de saber se o(a) sr(a) tem vontade de votar nas eleições municipais	Pouca ou nenhuma vontade de votar	1.241	63,00%

Fonte: Autoria própria com base no IPEC.

A variável ideologia é a principal variável independente deste estudo, por se tratar do foco da hipótese testada: a possível incapacidade da orientação ideológica de mobilizar o eleitorado nas eleições municipais. A literatura especializada aponta que, em disputas de caráter nacional, o alinhamento ideológico tende a estruturar preferências e comportamento político de forma significativa (Dalton, 2008; Carreirão, 2006; Singer, 2016). No entanto, em eleições locais, onde o grau de identificação partidária e o conteúdo programático das candidaturas costumam ser menos nítidos, a ideologia pode ter um papel limitado como fator mobilizador.

Para operacionalizar essa variável, utilizou-se a pergunta de autoposicionamento ideológico em uma escala de 0 a 10. A variável foi recodificada em quatro categorias: Esquerda (valores de 0 a 3), Centro (valores de 4 a 6), Direita (valores de 7 a 10) e Não sabe/não respondeu. Essa recodificação permitiu distinguir os principais blocos ideológicos percebidos pelo eleitor, além de isolar o grupo que se declara alheio ou incapaz de se posicionar – o que também pode indicar despolitização, baixo interesse político ou alienação, fatores estes potencialmente associados à abstenção.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos casos mostrando que 40,9% dos entrevistados se colocam à direita, 28,1% no centro, 18,1% à esquerda, e 12,9% afirmam não saber ou se recusam a responder. Essa composição empírica revela uma predominância de autoposição à direita, mas também a presença significativa de eleitores que não se identificam com os polos ideológicos tradicionais, reforçando o

argumento de que o partidarismo e a ideologia podem ter um impacto limitado como catalisadores de participação no nível municipal.

Tabela 3 - Distribuição ideológica do eleitorado

Ideologia	Frequência	Percentual (%)
Esquerda	363	18,15%
Direita	818	40,90%
Centro	562	28,10%
Não sabe/ Não resp.	257	12,85%
Total	2.000	100,00%

Fonte: Autoria própria com base no IPEC.

Outra variável independente incorporada ao modelo é a percepção sobre a importância das eleições municipais, construída a partir da pergunta que avaliava o grau de importância atribuído pelo entrevistado a esse tipo de disputa. A justificativa teórica para sua inclusão está ancorada na literatura que destaca a centralidade da percepção de relevância do processo eleitoral como fator motivador da participação (Booth e Seligson, 2009). Quando o eleitor considera que a eleição em questão tem pouco impacto ou importância prática em sua vida cotidiana, tende a demonstrar menor disposição para comparecer às urnas. A variável foi recodificada em dois grupos: eleitores que atribuem “muita importância” às eleições locais foram classificados como “importa”, enquanto aqueles que declararam que essas eleições “importam pouco ou nada” foram reunidos na categoria “não importa/importa pouco”. Esse reagrupamento permite observar de maneira mais clara se a valorização da esfera municipal se associa a uma disposição mais autônoma para o voto, conforme sugerem abordagens que vinculam motivação cívica à participação.

A variável religião também foi incluída no modelo com base em estudos que apontam a crescente relevância da identidade religiosa como fator estruturante de comportamento político no Brasil (Pierucci e Prandi, 2000; Bohn, 2004; Machado e Birman, 2015; Silva, 2019; Ferreira e Fuks, 2021; Ferreira, 2022; Rennó, 2022; Casalecchi e Coelho, 2024). A literatura recente indica que, mais do que simples identificação religiosa, o pertencimento religioso pode expressar redes de sociabilidade,

repertórios normativos e até canais de mobilização política. A variável foi recodificada em três categorias: “católicos”, “evangélicos” e “outras religiões⁵”. Essa operacionalização permite testar se determinados grupos religiosos – especialmente os evangélicos, cuja organização comunitária e engajamento político têm crescido – apresentam maior ou menor disposição autônoma para o voto.

A variável renda foi incluída como controle socioeconômico relevante, considerando que diferentes níveis de inserção econômica influenciam a percepção de custo e benefício do voto (Verba, Nie e Kim, 1978). A recodificação organizou os respondentes em cinco categorias, indo de “até um salário mínimo” até “mais de 10 salários mínimos”, além de uma categoria residual para aqueles que declararam não ter renda. Esse detalhamento permite observar se existe relação entre condições econômicas mais precárias e menor disposição para o voto, especialmente quando este não é compulsório.

Já a variável idade busca avaliar os efeitos da idade sobre a disposição de comparecer às urnas. Dividiu-se a amostra em três faixas etárias: jovens (16 a 25 anos), adultos (26 a 59 anos) e idosos (60 anos ou mais). Adotar o intervalo de 16 a 25 anos dialoga com referenciais legais e estatísticos, além de incorporar um marco político relevante: a possibilidade de voto facultativo a partir dos 16 anos no Brasil. Do ponto de vista sociológico e político, essa faixa captura um período de transição crucial da adolescência para a vida adulta, marcado pela formação educacional, entrada no mercado de trabalho e crescente engajamento cívico, momentos em que se consolidam identidades políticas e padrões de participação social. A literatura também mostra que, no Brasil, os jovens tendem a apresentar níveis mais baixos de engajamento político institucionalizado, inclusive em contextos de voto obrigatório (Almeida, 2021). Ao mesmo tempo, os idosos podem ter maior disposição cívica ou, alternativamente, maiores restrições práticas ao exercício do voto.

A escolaridade foi operacionalizada em dois grupos: “com ensino superior” e “sem ensino superior”. A variável serve como indicador da sofisticação política do eleitor, conforme já consolidado na literatura (Dalton, 2008; Nie, Verba e Petrocik, 1976). A expectativa é de que indivíduos com maior escolaridade apresentem maior

⁵ Os respondentes que afirmaram não ter nenhuma religião foram agrupados na categoria “Outras Religiões”.

disposição autônoma para participar das eleições, mesmo na ausência da obrigatoriedade legal, por apresentarem maior compreensão sobre o papel da política local e seus efeitos.

A variável sexo foi incluída com o objetivo de observar possíveis diferenças na disposição para o voto. Recodificada como binária (homens e mulheres), sua inclusão considera estudos que apontam que, embora as taxas de participação entre homens e mulheres sejam semelhantes no Brasil — dada a obrigatoriedade do voto —, as motivações, interesses e percepções de eficácia política podem variar significativamente.

Por fim, incluiu-se a variável condição do município, distinguindo se o entrevistado reside ou não em uma capital estadual. A justificativa para essa variável repousa sobre a hipótese de que capitais concentram mais recursos, mídia, competição política e densidade institucional, o que pode impactar tanto o interesse quanto a disposição para o voto. Assim, a comparação entre moradores de capitais e de outros municípios permite avaliar se o contexto urbano mais politicamente saturado se associa a uma maior mobilização eleitoral autônoma.

O próximo passo da análise consistiu na estimação de um modelo de regressão logística binária, no qual a variável dependente Y representa a disposição autônoma para votar nas eleições municipais, assumindo valor **1** para os casos de alta disposição e **0** para os de baixa disposição. O modelo tem por objetivo estimar a probabilidade condicional $P(Y=1)$, dado um vetor de variáveis independentes X , segundo a seguinte especificação funcional⁶:

$$\text{logit}(P(Y = 1)) = \ln \ln \left(\frac{P(Y=1)}{1-P(Y=1)} \right) = \beta_0 + \beta_1 \text{ideo} + \beta_2 \text{importancia} + \beta_3 \text{religiao} + \beta_4 \text{renda} + \beta_5 \text{idade} + \beta_6 \text{escol} + \beta_7 \text{sexo} + \beta_8 \text{cond}$$

Nesse modelo, o principal coeficiente de interesse é β_1 , associado à variável de ideologia (ideo), que captura a orientação ideológica autorreferida do eleitor, categorizada em esquerda, centro, direita e não sabe/não respondeu. Essa variável

⁶ β_0 : Intercepto, β_1 a β_8 : Coeficientes das variáveis independentes

atua como *proxy* para o alinhamento ideológico e permite testar a hipótese de que, em nível local, a ideologia não exerce papel mobilizador significativo sobre a decisão de participar das eleições, sobretudo quando o voto não é compulsório. As demais variáveis compõem um conjunto de controles sociodemográficos que visam isolar os efeitos contextuais e individuais sobre a propensão ao voto.

O pressuposto teórico por trás da modelagem é que, diferentemente das eleições nacionais, o partidarismo e a ideologia não funcionam como fatores mobilizadores do comparecimento eleitoral nas eleições locais. Se a hipótese for corroborada, espera-se que a variável ideologia não apresente associação estatisticamente significativa com a disposição autônoma para votar — reforçando a ideia de que outros fatores, como a percepção de relevância da eleição ou características contextuais e sociodemográficas, são mais determinantes nesse nível de disputa.

Para avaliar os determinantes da disposição autônoma para votar nas eleições municipais, foi estimado um modelo de regressão logística binária. A Tabela 4 apresenta os coeficientes estimados, seus erros-padrão robustos e os níveis de significância. A variável dependente assume valor 1 para eleitores com alta disposição autônoma de votar e 0 para aqueles com baixa disposição. O modelo inclui a orientação ideológica como principal variável de interesse e controles sociodemográficos.

Tabela 4- Determinantes da participação eleitoral local

Variável (Referência)	Coef. (β)	Erro Padrão	OR	IC 95% (OR)	*p*
Ideologia (Esquerda)					
Direita	0.21	0.14	1.24	[0.94, 1.64]	0.135
Centro	-0.27	0.16	0.76	[0.56, 1.04]	0.082
Não sabe/Não respondeu	-0.42	0.21	0.66	[0.44, 0.99]	0.046
Importância do Voto (Não importa)					

Importa	0.50	0.11	1.65	[1.33, 2.03]	<0.001
Religião (Católicos)					
Evangélicos	-0.14	0.12	0.87	[0.68, 1.10]	0.240
Outras Religiões	-0.31	0.15	0.73	[0.55, 0.98]	0.033
Renda (Até 1 SM)					
1-2 Salários Mínimos	-0.18	0.13	0.83	[0.64, 1.07]	0.158
2-5 Salários Mínimos	-0.12	0.16	0.89	[0.65, 1.20]	0.434
5-10 Salários Mínimos	-0.44	0.33	0.65	[0.34, 1.23]	0.181
>10 Salários Mínimos	-0.76	0.51	0.47	[0.17, 1.26]	0.133
Sem Renda	-0.09	0.19	0.91	[0.63, 1.33]	0.635
Idade (Jovem)					
Adulto	0.14	0.14	1.15	[0.87, 1.51]	0.321
Idoso	-0.05	0.19	0.95	[0.66, 1.37]	0.788
Escolaridade (Sem Superior)					
Com Ensino Superior	0.40	0.16	1.49	[1.10, 2.03]	0.011
Sexo (Mulher)					
Homem	0.30	0.11	1.35	[1.09, 1.67]	0.006
Condicional (Interior)					

Capital	-0.23	0.13	0.79	[0.61, 1.03]	0.077
Constante	-1.02	0.20	-	-	<0.001

Fonte: Autoria própria com base no IPEC.

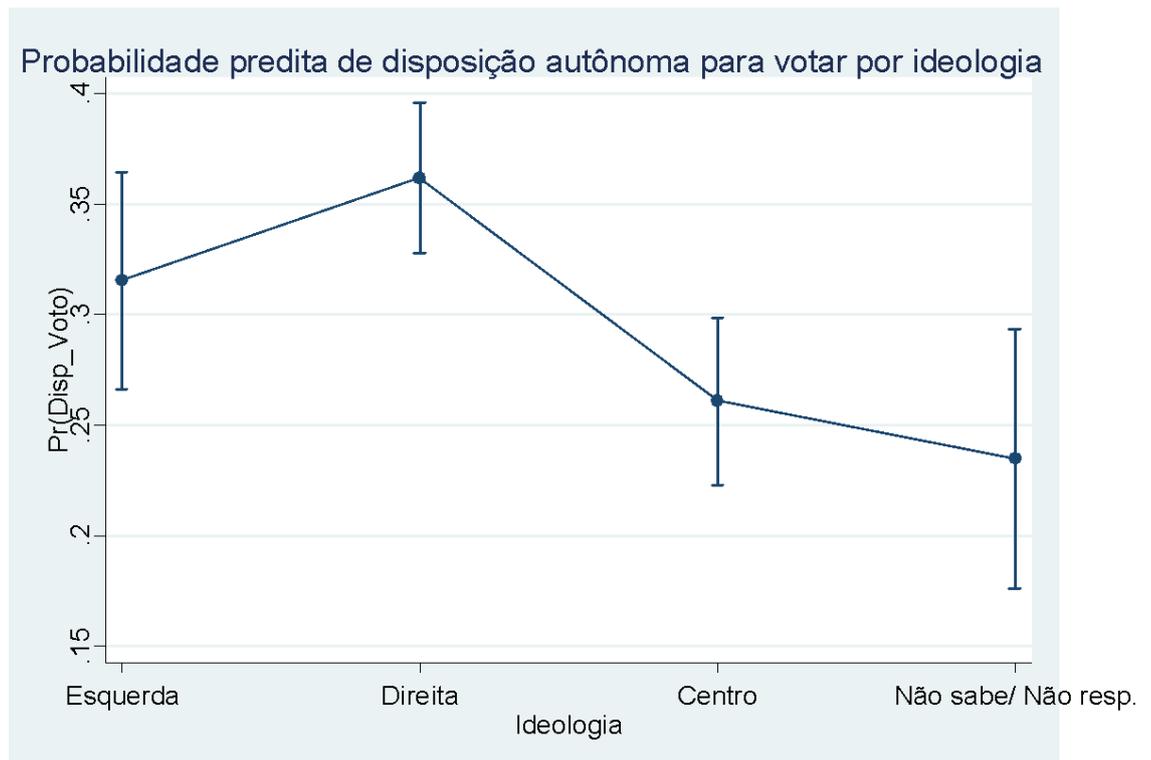
A principal variável de interesse é a orientação ideológica. Eleitores que se posicionam como de direita apresentaram uma probabilidade maior de declarar alta disposição autônoma para votar, embora o coeficiente estimado não tenha alcançado significância estatística convencional ($\beta = 0.21$; $p = 0.135$). Já os eleitores de centro mostraram uma tendência inversa, com menor disposição em relação à categoria de referência (esquerda), com um coeficiente marginalmente significativo ($\beta = -0.27$; $p = 0.082$). Mais expressiva foi a redução entre os que não sabem ou se recusaram a responder sobre sua posição ideológica, com efeito negativo estatisticamente significativo ($\beta = -0.42$; $p = 0.046$), sugerindo que a ausência de posicionamento ideológico tende a estar associada a menor engajamento eleitoral espontâneo.

Os resultados dos valores preditos no Gráfico 1 fornecem uma estimativa clara da probabilidade ajustada de um eleitor demonstrar alta disposição autônoma para votar em eleições municipais, de acordo com sua autoidentificação ideológica, controlando estatisticamente todas as demais variáveis do modelo. Os eleitores que se identificam com a direita apresentam a maior probabilidade ajustada de demonstrar disposição autônoma para votar, com uma chance estimada de 36.2% ($margin = 0.3618$; IC 95%: 0.3276 – 0.3959). Em seguida, vêm os eleitores de esquerda, com uma probabilidade estimada de 31,5% ($margin = 0.3153$; IC 95%: 0.2663 – 0.3644). Os eleitores de centro apresentam uma disposição significativamente menor, com uma probabilidade de apenas 26,1% ($margin = 0.2608$; IC 95%: 0.2230 – 0.2987). Por fim, os entrevistados que não sabem ou não responderam sua ideologia são os que menos demonstram disposição autônoma para votar, com 23,5% de chance ($margin = 0.2348$; IC 95%: 0.1760 – 0.2936).

Esses resultados indicam que a identificação ideológica, sobretudo nos polos mais definidos (direita e esquerda), está associada a uma maior propensão à participação eleitoral voluntária, mesmo nos cenários locais, ainda que o efeito não seja amplamente robusto no modelo completo. Notadamente, indivíduos sem posição ideológica clara exibem menor disposição autônoma, reforçando a hipótese de que o alinhamento

ideológico, embora não seja o único fator, ainda exerce influência no engajamento eleitoral mesmo em contextos locais, contrariando parcialmente a ideia de sua irrelevância total nesse tipo de pleito.

Gráfico 01 – Probabilidade predita de disposição autônoma para votar por ideologia



Fonte: Autoria própria com base no IPEC.

A variável que mensura a importância atribuída às eleições locais foi, como esperado, fortemente associada à disposição autônoma para votar. Indivíduos que consideram essas eleições importantes apresentaram probabilidade significativamente maior de manifestar disposição para o voto ($\beta = 0.50$; $p < 0.001$), sendo esse o efeito mais robusto do modelo, o que confirma a centralidade da percepção de relevância política como motor da participação voluntária.

Entre os controles sociodemográficos, algumas variáveis também apresentaram efeitos relevantes. Escolaridade superior associou-se positivamente à disposição autônoma ($\beta = 0.40$; $p = 0.011$), indicando que indivíduos com ensino superior são mais propensos a votar mesmo na ausência de obrigatoriedade. Homens também

apresentaram maior propensão à disposição autônoma ($\beta = 0.30$; $p = 0.006$), sugerindo uma diferença de gênero nesse tipo de engajamento.

Já a religião revelou um efeito negativo para o grupo de outras religiões (diferentes de católicos e evangélicos), com coeficiente estatisticamente significativo ($\beta = -0.31$; $p = 0.033$), ainda que os evangélicos, por sua vez, não tenham se diferenciado significativamente dos católicos. Outras variáveis, como renda, idade e residir em capital ou não, não apresentaram associações estatisticamente significativas no modelo, embora a variável “capital” tenha se aproximado do limiar de significância ($p = 0.077$), com efeito negativo.

Em conjunto, os resultados apontam para uma direção em que a disposição autônoma para votar está menos associada à condição socioeconômica e mais ligada à atribuição de sentido político ao voto. A percepção da importância da eleição aparece como a variável mais decisiva e a ausência de posicionamento ideológico consistente desponta como fator limitador da disposição voluntária para participar do processo eleitoral. A questão que se coloca é: o que determina se uma eleição é ou não importante?

Desse modo, a percepção de que uma eleição é importante está diretamente conectada ao sentimento de que o resultado está em disputa. Quando o eleitor acredita que seu voto pode ser decisivo, ou seja, que existe uma chance real de alterar o desfecho, sua motivação para participar cresce. Isso se alinha com a noção de eficácia política individual (*individual political efficacy*), bastante explorada pela psicologia política e pelas teorias da escolha racional (Figueiredo, 1991).

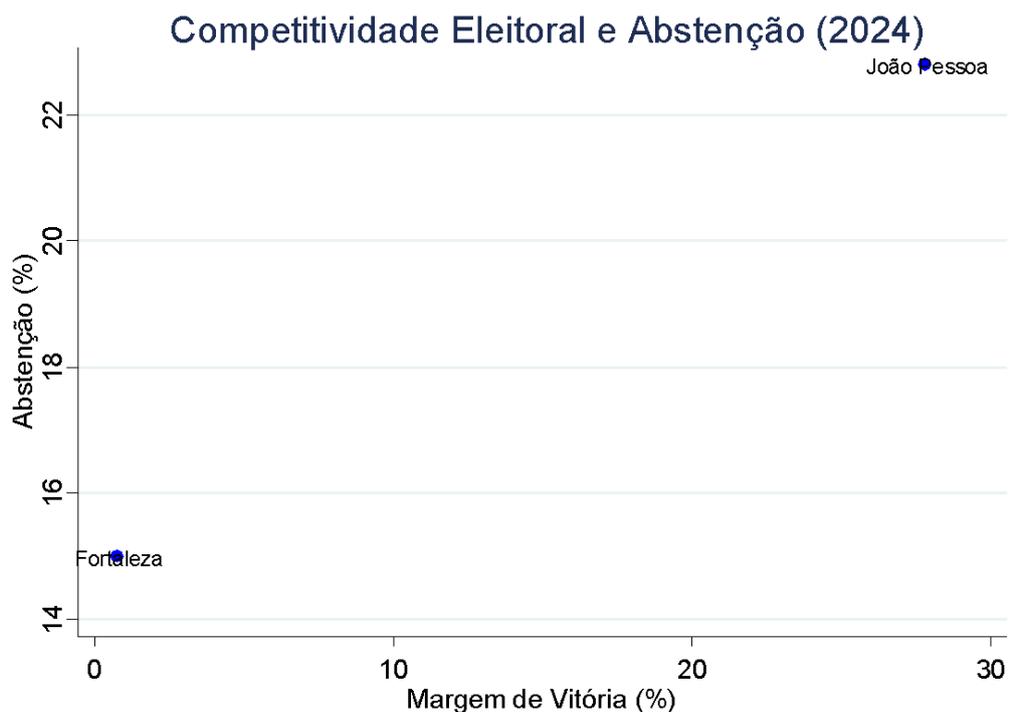
A competitividade eleitoral, nesse sentido, atua como uma espécie de “gatilho de engajamento”, especialmente entre eleitores de baixa propensão participativa. Já em contextos onde a vitória de determinado grupo é dada como certa — seja por domínio local histórico, desequilíbrio de recursos ou falta de alternativas viáveis —, o engajamento autônomo tende a ser menor, pois o pleito é percebido como um ritual formal sem consequências práticas.

Sendo assim, a partir de dados do TSE referentes às eleições municipais de 2024, foi possível identificar um padrão ilustrativo que reforça a hipótese discutida neste trabalho: a percepção da importância de uma eleição está relacionada à sua competitividade. Em outras palavras, quanto mais incerta é a definição do vencedor,

isto é, quanto menor a margem de vitória, maior tende a ser o engajamento eleitoral dos cidadãos, expresso por menores taxas de abstenção.

Para sustentar esse argumento, tomamos como exemplo os casos de Fortaleza e João Pessoa, duas capitais brasileiras com dinâmicas eleitorais bastante distintas. Em Fortaleza, a disputa pela prefeitura foi a mais acirrada do país, com uma diferença de apenas 0.76 pontos percentuais entre os dois primeiros colocados. Coincidentemente ou não, foi também a capital com a menor taxa de abstenção: apenas 15% dos eleitores deixaram de comparecer às urnas. No extremo oposto, João Pessoa apresentou a eleição menos competitiva entre as capitais, com um candidato vencendo por ampla margem de 27.8 pontos percentuais – e também liderou o ranking de abstenções, com 22.8% de ausência. Esses dados sugerem uma correlação inversa entre a competitividade eleitoral e a abstenção. Quanto mais competitivo o pleito, menor a abstenção, possivelmente porque o eleitor sente que seu voto pode efetivamente fazer diferença no resultado. Em contextos de vitória praticamente assegurada, o custo simbólico da abstenção se reduz e, portanto, a mobilização voluntária tende a ser menor.

Gráfico 2 - Competitividade eleitoral e abstenção 2024



Fonte: Autoria própria com base no IPEC.

Ainda que o exemplo seja limitado a apenas dois casos, ele oferece evidência empírica inicial de que o grau de disputa eleitoral pode ser um determinante relevante na percepção subjetiva da importância de uma eleição. Assim, contribuindo para reforçar a premissa central deste trabalho: de que a disposição para o voto, sobretudo em eleições locais, está ancorada no sentido político atribuído ao ato de votar, e este sentido possivelmente está relacionado a contextos de maior incerteza eleitoral, nos quais a disputa se mostra mais acirrada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa fornecem importantes contribuições ao debate sobre os determinantes da participação eleitoral, especialmente em cenários de eleições municipais. A partir da análise dos dados representativos e da estimação de modelos de regressão logística e de valores preditos, foi possível identificar padrões robustos que apontam para um deslocamento dos fatores tradicionais de explicação da participação – como variáveis socioeconômicas – em direção a elementos de natureza mais subjetiva, simbólica e política.

Em primeiro lugar, observou-se que a variável mais fortemente associada à disposição para votar não foi a ideologia, a renda, a escolaridade ou a idade, mas sim a percepção de importância da eleição municipal. Eleitores que consideram essas eleições como relevantes apresentaram, em média, uma probabilidade significativamente maior de declararem que compareceriam às urnas. Essa constatação corrobora a hipótese de que a decisão de participar de um pleito municipal está menos ancorada em características estruturais e ideológicas e mais relacionada ao sentido político atribuído ao ato de votar.

Em segundo lugar, o modelo revelou que a ausência de um posicionamento ideológico definido também aparece como fator de retração da disposição para o voto. Indivíduos que não souberam ou não quiseram se posicionar ideologicamente apresentaram uma chance significativamente menor de se declararem dispostos a votar. Por outro lado, aqueles identificados com a direita apresentaram uma propensão um pouco maior à participação do que os de centro e de esquerda, sugerindo que o alinhamento ideológico com a direita fornece ao eleitor uma ancoragem normativa e

cognitiva que favorece sua mobilização, ainda que de maneira elementar e pouco significativa.

No entanto, foi na última etapa da análise que emergiu um elemento decisivo para reforçar a linha interpretativa construída ao longo do artigo: a competitividade eleitoral como um fator indutor da percepção de importância do voto. Por meio de dados empíricos do TSE sobre as eleições municipais de 2020, foi possível observar uma correlação expressiva entre a margem de vitória e a taxa de abstenção nas capitais brasileiras. Fortaleza, por exemplo, registrou a eleição mais acirrada do país – com uma diferença de apenas 0.76 pontos percentuais entre os dois candidatos mais votados – e, simultaneamente, apresentou a menor taxa de abstenção entre as capitais (15%). Por outro lado, João Pessoa, onde o vencedor obteve uma vantagem de 27.8 pontos percentuais, registrou a maior abstenção do país, com 22.8%.

Embora este recorte seja limitado a dois casos extremos, ele ilustra de forma contundente a tese central deste trabalho: a percepção da importância do voto parece estar diretamente vinculada à incerteza quanto ao resultado da eleição. Em contextos de alta competitividade, os eleitores tendem a perceber que seu voto pode “fazer a diferença”, o que confere ao ato de votar um valor instrumental mais tangível e um sentido político mais forte. Em contrapartida, quando a vitória de um candidato é tida como certa, o custo simbólico da abstenção se reduz e a participação tende a decair.

Assim, este trabalho propõe um deslocamento do olhar analítico sobre a participação eleitoral: mais do que um comportamento derivado de fatores individuais ou recursos socioeconômicos, o voto voluntário parece ser uma prática sensível ao contexto político no qual os eleitores estão inseridos. A importância percebida da eleição – e, por conseguinte, a disposição para nela participar – depende da forma como o processo eleitoral é enquadrado pelos cidadãos: se como um rito formal e pouco disputado ou como uma arena de decisão relevante, em que cada voto pode alterar o desfecho final.

Os achados aqui apresentados não apenas esclarecem parte dos mecanismos que operam na motivação para o voto, como também fornecem “pistas” para o desenho de estratégias de mobilização democrática. Se o engajamento eleitoral está ligado à percepção de competitividade e relevância política, cabe às instituições e aos atores políticos comunicarem de maneira mais efetiva o valor e as consequências de cada

pleito, sobretudo em esferas como a municipal, muitas vezes vistas como periféricas pela população. A disposição para votar não é um atributo apenas individual, mas uma construção que se dá na interação entre o eleitor e o contexto eleitoral. A importância de uma eleição, portanto, não é intrínseca, mas atribuída: ela depende da intensidade do jogo político, da clareza das alternativas em disputa e da capacidade de mobilização simbólica em torno do voto.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. V.; CASALECCHI, G. A. Participação eleitoral no Brasil: determinantes atitudinais e socioeconômicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 34, p. 1-35, 2021.

ALMEIDA, J. A. **Cultura política e participação eleitoral no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ALMEIDA, R. **Jovens e engajamento político no Brasil: abstencionismo e desilusão**. *Opinião Pública*

, Campinas, v. 27, n. 1, p. 180-203, 2021.

AMES, B. **The deadlock of democracy in Brazil**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.

BAQUERO, M.; PRÁ, J. Desconfiança política na América Latina: uma análise comparativa. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 94-125, 2007.

BOHN, S. Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. X, no 2, Outubro, 2004, p. 288-338. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22020.pdf>>.

BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. A. **The legitimacy puzzle in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BORGES, A. O partidarismo no nível local: fragilidades e adaptações. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 377-410, 2011.

BORBA, J. Participação eleitoral no Brasil: determinantes individuais e contextuais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 89-129, 2008.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A.; GIMENES, E. R. Voto branco e nulo no Brasil: uma análise longitudinal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 45-62, 2015.

CAMPBELL, A. et al. **The American voter**. New York: Wiley, 1960.

CARREIRÃO, Y. Identificação partidária e comportamento eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 2, p. 275-298, 2006.

CASALECCHI, G.; COELHO, V. A. Os eleitores evangélicos são mais conservadores e autoritários?. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 73-91, 2024. DOI: 10.46551/issn.2527-2551v21n2p.73-91. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/7642>.

COSTA, L. D. **Abstenção e voto branco/nulo no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2007.

DALTON, R. J. **Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies**. 4. ed. Washington: CQ Press, 2008.

FERREIRA, M. **Voto dos evangélicos em Bolsonaro em 2018: identidade, valores e lideranças religiosas**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. <http://hdl.handle.net/1843/49217>.

FIGUEIREDO, M. F. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. São Paulo: Sumaré, 1991.

FERREIRA, M. G. M.; FUKS, M.. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018 . **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, p. e238866, 2021.

MACHADO, M.; BIRMAN, P. Religião e política no Brasil contemporâneo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 102, p. 13-31, 2015.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

NIE, N. H.; VERBA, S.; PETROCÍK, J. R. **The changing American voter**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. Religião e voto na eleição presidencial de 1998. **Opinião Pública**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 70-86, 2000.

POWER, T.; RODRIGUES-SILVEIRA, R. **O espectro ideológico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

RENNÓ, L.; CABELLO, A. As bases municipais da política nacional. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 31-45, 2010.

RENNÓ, L.. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 106, p. 147-163, set. 2022.

RIELLA, A. et al. Interesse político e participação eleitoral no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 437-461, 2021.

ROSENSTONE, S. J.; HANSEN, J. M. **Mobilization, participation, and democracy in America**. New York: Macmillan, 1993.

SAMUELS, D. Partidos políticos no Brasil: baixa institucionalização e personalismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 17-32, 2006.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

CERVÍ, F.; BORBA, J. Gênero e participação eleitoral no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 1-15, 2022.

VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J. **Participation and political equality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

VERBA, S. et al. **Voice and equality: civic voluntarism in American politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

ZUCCO, C. Clientelismo e voto no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 865-894, 2008.